

**ATA DA OITAVA AUDIÊNCIA PÚBLICA — REPOSIÇÃO SALARIAL E
APOSENTADORIA DIGNA PARA PROFESSORES DA UEMS E DEMAIS SERVIDORES
ESTADUAIS — REALIZADA NA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA
SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL**

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas e nove minutos, no Plenarinho Deputado Nelito Câmara, sob a presidência da senhora deputada Gleice Jane, vice-presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, deu-se a abertura da Audiência Pública com o tema: “Reposição Salarial e Aposentadoria Digna para Professores da UEMS e demais Servidores Estaduais”.

MESTRE DE CERIMÔNIA (Cibele Kraemer de Mello) — Autoridades, representantes de entidades de classe, senhoras e senhores, boa tarde. Sejam todos bem-vindos! Boa tarde, todos que nos acompanham ao vivo pela TV Alems, canal 7.2 da TV aberta, pela Rádio Alems, conectada à Rádio Senado, na frequência 105,5 MHz, e pelas nossas plataformas digitais! Temos Wi-Fi disponível. Para se conectar, localize em seu dispositivo a rede Alems. Informamos que estarão disponíveis no site da Alems a matéria jornalística, os registros feitos por fotógrafos oficiais e as notas taquigráficas, dentro do prazo regimental. A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por proposição da deputada Gleice Jane, vice-presidente da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Desporto, recebe a todos nesta Casa de Leis, para a Audiência Pública sobre: “Reposição Salarial e Aposentadoria Digna para Docentes da UEMS e demais Servidores Estaduais”. Esta audiência tem por objetivo debater a falta de reposição salarial dos servidores públicos em Mato Grosso do Sul, a situação precária dos servidores aposentados e as condições de trabalho e estudo na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Registramos a presença da senhora Edmara Veloso, diretora social do Sisalms. Compõem a Mesa dos trabalhos desta Audiência Pública: a proponente, deputada Gleice Jane, vice-presidente da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Desporto; o deputado Pedro Kemp, segundo-secretário da Alems; o professor Marcelo Salles Batarce, presidente do Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Aduems); e o senhor Cláudio Anselmo de Souza Mendonça, presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes). Para abertura oficial e presidir esta Audiência Pública, anunciamos a proponente, deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Boa tarde a todas as pessoas. É um enorme prazer estar aqui com vocês nesta Audiência Pública. Quero cumprimentar o professor Marcelo Salles Batarce, presidente do Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Aduems); o Cláudio Anselmo de Souza Mendonça, presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes); e também o meu colega deputado Pedro Kemp, que já fez parte da Comissão de Educação, Cultura e Desporto. É uma grande satisfação estar aqui com vocês, principalmente porque sou filha da UEMS. Estudei na UEMS e comecei minha luta política dentro do movimento estudantil da universidade. Foi ali que aprendi a compreender a

necessidade da universidade como instrumento de desenvolvimento da sociedade. Nenhuma nação se desenvolve sem a universidade. Temos exemplos muito evidentes disso atualmente: entre as dez melhores universidades do mundo, oito são da China, e vemos também como a China cresce e se desenvolve. Portanto, não é possível desenvolver e crescer sem investir em ciência e tecnologia, e, para isso, precisamos das universidades. No Estado de Mato Grosso do Sul, temos a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, a UFGD, em Dourados, a UFMS e os institutos federais. Mas a UEMS é de responsabilidade do Governo do Estado e, por isso, precisamos debatê-la sempre. Lembro que, quando ainda estudava na universidade, uma das pautas que tínhamos, quando comecei a discutir a universidade, era o TI, que correspondia ao tempo integral dos professores. Participei dessa discussão e, depois, conseguimos conquistar avanços para os professores, como a liberação para estudos, mestrado e doutorado. Também conquistamos a autonomia financeira da universidade naquele período. Depois de um tempo, porém, começamos a andar para trás. Fomos perdendo direitos. Ganhamos direitos em um momento em que tínhamos o ex-governador Zeca do PT à frente do Governo do Estado, alguém que nos ouvia, e perdemos direitos à medida que alguns governos deixaram de enxergar a universidade como um instrumento importante para o desenvolvimento da sociedade. Tenho acompanhado muito de perto todo o sofrimento e as dificuldades enfrentadas pela universidade, justamente porque não há, por parte do Poder Executivo, a devida compreensão da importância dessa instituição. Portanto, fico muito feliz de estar aqui hoje, acompanhando esta Audiência Pública junto com a universidade e também com os servidores públicos, porque o que acontece hoje com a UEMS está relacionado a um projeto de Estado que não considera a importância dos servidores públicos: nem os da ativa, nem os aposentados. Estão sempre trazendo para nós a necessidade de acabar com o confisco dos aposentados. Portanto, temos várias pautas aqui hoje para debater e discutir. O objetivo desta Audiência Pública é fazer a escuta da comunidade acadêmica. Temos um tempo aqui até as 16h, portanto, já vou solicitar a todos que sejamos dinâmicos em nossas falas, para garantir o tempo e assegurar que todas as pessoas possam se manifestar. Invocando a proteção de Deus, em nome da liberdade e da democracia, cumprimento a todos e declaro aberta esta Audiência Pública, de minha proposição, com o tema: “Reposição Salarial e Aposentadoria Digna Para Docentes da UEMS e Demais Servidores Estaduais”. Informo que a dinâmica dos trabalhos será a seguinte: primeiro, abriremos espaço para os componentes da Mesa fazerem suas considerações iniciais, com três minutos de apresentação para cada pessoa. Depois, ouviremos o pronunciamento das pessoas que estão aqui no Plenarinho, que também terão três minutos de fala cada uma. São doze pessoas inscritas e, por isso, peço que realmente respeitemos os três minutos, para que todos consigam falar. Quero, então, abrir a fala e passar a palavra ao nosso colega e presidente da Aduems, Marcelo Salles Batarce.

SENHOR MARCELO SALLES BATARCE (presidente da Aduems) — Boa tarde a todos e a todas. Quero, em primeiro lugar, agradecer à deputada Gleice Jane por esta audiência e também agradecer a presença do professor Cláudio, que veio de longe. É uma honra receber o presidente do Andes aqui. Muito obrigado pela presença! Inclusive, de antemão, já digo que a Aduems foi indicada pela direção do Andes para sediar o próximo

encontro das universidades estaduais. Já agradeço pela indicação, embora ainda não esteja definido, pois a decisão foi encaminhada ao Conad. Muito disso também se deve à ajuda da Luciana nesse processo, então também agradeço a ela. Deputado Pedro Kemp, obrigado por estar aqui, assim como todos os demais colegas. Bom, tenho que ser dinâmico em três minutos. Vamos ver o que consigo fazer aqui. Essas duas pautas que motivam esta audiência foram da campanha da nossa gestão sindical. Até não sei o quanto consciente foi a escolha dessas pautas, porque tínhamos muitas outras. Inclusive, pensamos em discutir o funcionalismo público de modo geral, mas isso seria algo muito ousado diante do tempo de organização. Enfim, essas pautas estão aqui e foram muito importantes em nossa campanha eleitoral para o sindicato. Fomos os primeiros a apontar a injustiça cometida com os aposentados no processo de criação dos níveis, e também fomos conversar diretamente com eles. Procuramos os aposentados, dialogamos com eles e vimos que a situação — como depois colocamos no informativo da Aduems — é muito trágica. Também passamos a conhecer mais de perto essa realidade vindo à Assembleia Legislativa. Temos aí o pessoal da camisa azul, que ficou conhecido por estar sempre presente nas audiências, lutando pelo fim dos 14%, entre outras pautas. Acho que precisamos nos aproximar ainda mais desse movimento dos aposentados, que precisa crescer e se fortalecer. Porque é vergonhosa a forma como os aposentados deste estado estão sendo tratados por esta administração. Então, colocamos isso em pauta. Fomos os primeiros a levantar a necessidade de um reenquadramento — no caso específico da UEMS — e levamos essa demanda inclusive à Governadoria, porque é um conjunto pequeno de servidores, para tratar de corrigir uma injustiça que foi feita. Sobre a questão da reposição salarial, nós fomos os primeiros a levantar um índice, porque percebemos que as categorias não estão mais brigando por índice. Existe uma espécie de sentimento de reforma administrativa, talvez, em que as pessoas estão falando apenas de carreira, de níveis e tal. Mas a tradição do sindicalismo é lutar por reposição salarial. E, para lutar por reposição salarial, precisamos ter números, então fomos buscá-los. Qual é o número? Esses 44% não são um número tirado da cartola, mas sim um índice calculado com base na inflação acumulada nos últimos dez anos. Essas duas pautas ganharam a eleição da Aduems. Vamos dizer assim: não fomos nós que ganhamos, foram as pautas. Essa eleição do nosso sindicato teve uma participação extraordinária: 70% da base foi votar. Acho que isso é recorde no Brasil. Na nossa história, sem dúvida, é recorde, mas acredito que também seja no Brasil. E por quê? Porque existe um descontentamento. Porque essas pautas são importantes. Porque existe uma crise política e econômica instalada, não só no estado, mas também na universidade. Porque essa política neoliberal do governo Riedel é impopular. O funcionalismo público não aceita essa política, ela é muito ruim. Então, há um descontentamento generalizado, e foi isso que nos levou à vitória na eleição da Aduems. Nesse período em que assumimos o sindicato, é importante dizer: nós estamos em estado de greve. Isso foi decidido em assembleia. Nossa categoria está em estado de greve e temos realizado algumas mobilizações. Estivemos na Assembleia Legislativa junto com outros sindicatos e vamos continuar essa luta por condições melhores, tanto para os aposentados quanto para os professores, técnicos, funcionários e estudantes da universidade. Então, obrigado. Essa é minha fala inicial.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Muito obrigada, Marcelo. Vou passar agora a palavra para o deputado Pedro Kemp, para também fazer sua fala. O Pedro é sempre um parceiro da UEMS.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes. É uma satisfação participar deste momento. Cumprimento a deputada Gleice Jane, presidente desta Audiência Pública, e também Marcelo e Cláudio, que compõem a Mesa. Queria rapidamente, em um minuto, fazer um histórico da UEMS. A universidade foi criada ainda na Constituinte do Estado de Mato Grosso do Sul, em 1978–1979. A criação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul constou na primeira Constituição do Estado, mas ela não foi implantada de imediato. A UEMS só foi criada no governo Pedro Pedrossian, já no final do mandato. Na ocasião, foi nomeada a professora Leocádia como reitora e a universidade foi instalada em vários municípios do estado. Trata-se de uma universidade importante porque interiorizou as oportunidades de acesso ao ensino superior e tinha como principal objetivo formar professores, especialmente para atuar na rede estadual e nas redes municipais de ensino, porque na época, ainda havia um grande número de professores com apenas formação em magistério, em nível médio, e também professores leigos. O objetivo principal era formar docentes em disciplinas nas quais havia grande carência, principalmente Matemática, Física e Química. Assim, a UEMS se interiorizou e, posteriormente, tornou-se uma universidade importante, ampliando também seus objetivos para a formação de outros profissionais, a fim de atender à vocação e ao desenvolvimento econômico e social do estado, e com a cara de Mato Grosso do Sul, abrindo espaço para a população indígena e para os afrodescendentes por meio das cotas. Inclusive, fui autor da Lei de Cotas para negros na Universidade Estadual. Foi uma luta histórica do movimento negro e não um mérito individual meu. A Bartolina, que está aqui presente, sabe disso, porque essa foi uma reivindicação construída e apresentada pelo próprio movimento. Depois que o governador Pedrossian instalou a UEMS, posso dizer que a história da universidade passou a ser uma história de resistência, uma resistência permanente para se fortalecer, se consolidar como universidade e cumprir sua missão em Mato Grosso do Sul. Logo no governo Wilson Barbosa Martins, que veio em seguida, houve uma tentativa de fechar a UEMS. Ela quase foi extinta, mesmo já estando presente em praticamente dez municípios do interior do Estado. A UEMS só veio a se consolidar, de fato, durante o governo Zeca do PT, quando conquistou autonomia administrativa, financeira e pedagógica. Na verdade, não se trata de dizer que o Governo deu autonomia à universidade, mas sim que reconheceu uma autonomia que já lhe pertence por natureza. Naquele período, o governo Zeca reconheceu essa autonomia, que é fundamental para que a universidade possa se organizar e desenvolver suas atividades. Também houve uma importante recuperação salarial. Eu era secretário de Estado de Educação naquela época e acredito que fui o único secretário de Educação a participar das reuniões do COUNI – Conselho Universitário. Fazia questão de estar presente nos debates e nas deliberações da UEMS. Quando assumimos o governo, encontramos um estado quebrado, com quatro folhas de pagamento atrasadas. Ainda assim, o ex-governador Zeca conseguiu colocar os salários em dia e implementar uma política importante de recuperação salarial, inclusive para os professores da rede estadual. Logo depois veio o governo André Puccinelli, que

retirou a autonomia financeira da UEMS. A partir daí, a universidade passou a ficar "com o pires na mão" para obter recursos destinados aos seus projetos e atividades, tendo que recorrer constantemente ao governador para solicitar os recursos necessários ao seu funcionamento. É importante lembrar que essa autonomia financeira foi retirada por meio de uma emenda aprovada de forma discreta, praticamente na surdina. Na sequência vieram os governos Reinaldo Azambuja e Eduardo Riedel, que todos nós sabemos serem governos de orientação neoliberal e que não gostam de servidores públicos. Com isso, passou a prevalecer uma política de arrocho salarial. Hoje também convivemos com uma realidade marcada pela terceirização crescente dos serviços públicos. Temos governos que deliberadamente evitam realizar concursos públicos e, em consequência, promovem a precarização do serviço público. Na rede estadual de ensino, por exemplo, cerca de 70% dos professores são convocados ou contratados temporariamente. Esse modelo enfraquece as carreiras públicas e reduz o número de servidores efetivos, que são aqueles que possuem compromisso permanente com o estado e não apenas com governos de ocasião, garantindo a continuidade das políticas públicas. Caminhando para a conclusão, quero dizer que a realidade atual é marcada por ataques aos serviços públicos e aos servidores públicos, por meio da precarização das condições de trabalho, da desvalorização salarial, da não realização de concursos públicos e do enfraquecimento dos planos de carreira. E nós precisamos enfrentar essa realidade. Também vivenciamos, durante os governos Reinaldo Azambuja e Eduardo Riedel — e faço questão de citar os dois porque um foi secretário de Governo do outro e, portanto, compartilham responsabilidade por essa política — a implantação da reforma da Previdência. Essa reforma foi uma cópia da reforma da Previdência do governo Bolsonaro e foi aprovada aqui em Mato Grosso do Sul em plena pandemia. Eu estava aqui naquele momento. As votações ocorreram de forma remota, em sessões on-line, com a Assembleia vazia, sem a presença da população, justamente durante o período da pandemia. E foi nesse contexto que foi aprovada uma reforma da Previdência que acabou com as possibilidades de uma aposentadoria digna para os servidores e taxou os aposentados em 14%. Quero aqui render homenagens a este grupo de servidores aposentados que, há três anos, está aqui na Assembleia Legislativa lutando pelos seus direitos, porque foi uma grande injustiça a implantação desse desconto de 14% no salário dos aposentados. Penso que essa deve ser uma luta do movimento sindical como um todo, dos servidores de Mato Grosso do Sul, no sentido de reparar essa injustiça cometida contra os aposentados e também de lutar pela valorização dos servidores públicos e dos serviços públicos, com concurso público, recuperação salarial e plano de cargos e carreira. Obrigado.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Obrigada, Pedro. E quero apenas incluir aqui, na fala do Pedro, que, na educação básica, temos 70% de contratados e todo o ensino profissionalizante é terceirizado. A qualidade disso a gente nem consegue enxergar, de tão distante de nós e tão estranho que é esse modelo. E é justamente esse modelo que nos preocupa, porque há o risco de que todos os contratados sigam esse caminho da terceirização. Esse é um risco para a educação básica, mas também para a universidade. Eu gostaria agora de chamar para fazer sua fala e suas considerações o

professor Cláudio Anselmo, que falará aqui em nome do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes Nacional).

SENHOR CLÁUDIO ANSELMO DE SOUZA MENDONÇA (presidente do Andes Nacional) — Boa tarde a todos e todas. Quero agradecer, inicialmente, pela audiência convocada pela deputada Gleice Jane. É uma audiência que cumpre um papel muito importante em uma conjuntura bastante adversa. Quero também saudar o Marcelo, presidente da nossa seção sindical na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, assim como o deputado Pedro Kemp, que, pelas informações já repassadas, cumpre um papel fundamental na defesa dos servidores públicos e da educação. Tanto o deputado Pedro Kemp quanto a deputada Gleice Jane vêm desempenhando essa tarefa. Sou Cláudio de Mendonça, professor da Universidade Federal do Maranhão, bem pertinho daqui [sic], e atualmente presidente do Andes. Para quem não conhece, o Andes é um sindicato nacional que representa professores e professoras de todas as universidades públicas — federais, estaduais, municipais e distritais — além de também representar os dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) que ainda existem hoje. Compartilhamos, de forma muito harmoniosa e colaborativa, a representação de alguns institutos federais junto ao Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe). E é muito bom ver o Sinasefe presente aqui, porque é um parceiro nacional de luta. Realizamos juntos importantes mobilizações, como a luta contra a PEC 32 durante o governo Bolsonaro. De alguma forma, temos atuado de maneira muito firme na defesa das universidades federais, estaduais, municipais e distritais. Quando vemos aqui o debate que vocês estão realizando com relação à aposentadoria, isso nos faz lembrar que vivemos, nas últimas décadas, um movimento global de lógica neoliberal e de responsabilização dos trabalhadores por uma crise que não foi causada por eles. Quando falam da crise da previdência pública, sabemos que isso não corresponde à realidade. Quando analisamos o tripé da seguridade social, percebemos que essa crise não existe da forma como tentam apresentar. O que vimos, desde Fernando Henrique Cardoso até a última reforma promovida pelo genocida Bolsonaro [sic], foram vários ataques que retiraram muitos direitos: a introdução da idade mínima, o fim da paridade e da integralidade, a taxação dos aposentados e, por fim, medidas que praticamente sepultaram qualquer possibilidade de aposentadoria digna. Isso nos coloca diante de um enorme desafio: pensar a aposentadoria como um direito, e não como um favor, ainda mais quando compreendemos que estamos falando de pessoas que passaram décadas de profunda dedicação, seja na educação, seja na saúde. E é nossa tarefa — e tenho plena convicção de que as quatro pessoas que estão nesta mesa compreendem isso — defender a responsabilidade e o papel do Estado em garantir que aposentados e aposentadas tenham direitos e dignidade para usufruir daquilo que conquistaram. A gente até brincava no início que talvez eu prefira nem criar expectativa de um dia me aposentar. Estou no início da carreira, com dez anos de atuação, e sabemos como as coisas se encontram nesse processo todo. Mas seguimos com muita convicção e esperança de que a luta é capaz de alterar a correlação de forças. Compreendemos, por exemplo, que esta audiência realizada por vocês pode ser uma ponta de lança para outras lutas. No ano passado, alguns acompanharam a mobilização que professores, professoras e técnicos da Universidade Estadual de Minas Gerais realizaram contra o governo ultra

neoliberal do Zema — um governo que retira direitos dos trabalhadores de Minas Gerais e aumenta o próprio salário. Com muita luta e mobilização, eles conseguiram reverter a tentativa de privatização da universidade estadual e avançaram em emendas constitucionais estaduais que apontam para algo que também é fundamental para nós e que dialoga diretamente com o que o deputado Pedro acabou de mencionar: autonomia. A autonomia não está na Constituição Federal como enfeite. É algo pelo qual precisamos batalhar todos os dias para que se materialize de fato, e que seja autonomia didático-científica. E, no contexto em que a gente lida com o avanço de setores da extrema-direita, que tentam a todo momento atacar e criminalizar a atividade de professores, professoras e técnicos, é muito raro encontrar uma universidade que não tenha sofrido ataques desses setores, que tentam criminalizar a autonomia didático-científica, algo tão caro para nós. Essa autonomia está alicerçada no tripé ensino, pesquisa e extensão e permite, como a própria deputada mencionou, que as universidades cumpram um papel fundamental no desenvolvimento, na autonomia e na produção de tecnologia. No Brasil, são as universidades públicas responsáveis por mais de 90% das pesquisas que favorecem desde o trabalhador rural até o trabalhador urbano, desde o "seu João" até a "dona Maria". Reafirmar esse papel, assim como os companheiros de Minas Gerais fizeram, nos dá plena convicção de que também é possível avançarmos para que professores, professoras e servidores públicos de Mato Grosso do Sul tenham direitos garantidos não apenas na aposentadoria, mas também na ativa, assegurando remunerações dignas. E, para concluir, garantindo também o direito de fala dos demais companheiros e companheiras, conversava com o Valmir agora há pouco, no almoço, e ele me relatava algo muito preocupante: uma defasagem salarial de 44% é como se o salário desse servidor e dessa servidora tivesse sido reduzido pela metade. Isso é muito grave, porque impacta diretamente a sociabilidade, a vida das famílias, das crianças e dos idosos. Nossa tarefa é seguirmos enfileirados, com muita unidade, nesta conjuntura adversa, mas com a convicção de que é possível alterar essa correlação de forças e fortalecer o papel do estado como garantidor de direitos e de dignidade para o conjunto da população brasileira. Obrigado.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Obrigada, Cláudio. E, como invertemos aqui a ordem, quero convidar agora, para abrilhantar nossa Audiência Pública, a apresentação do grupo Clandestinas, composto pelas atrizes Nathalia Andrade e Alessandra Mathias, com a performance "Silêncio". [Apresentação cultural]. Que a poesia sempre nos liberte e nos faça voar. Parabéns pela linda apresentação! Temos em torno de trinta pessoas assistindo à audiência do lado de fora, porque não couberam aqui no Plenário. A maioria é de estudantes, e quero dizer a vocês, que estão aí fora, que estou muito feliz pela presença de todos aqui conosco, até porque sempre vou me sentir estudante dessa universidade também. Muito obrigada pela presença de vocês. Bom, agora vamos ouvir as pessoas que estão inscritas. Começaremos com as pessoas sentadas aqui à frente, iniciando pelo professor doutor José Roberto Rodrigues, presidente da Associação dos Docentes da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Adufms). Na sequência, ouviremos o professor Volmir.

SENHOR JOSÉ ROBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA (presidente da Adufms) — Boa tarde a todos e todas. Primeiramente, quero saudar o professor Cláudio, que veio de tão perto [sic], nosso presidente, e também saudar o Marcelo, especialmente a Gleice e o Pedro, companheiros de longa data nessas lutas que travamos há muitos anos. É muito bom estarmos juntos, e também é muito bom, Cláudio, ter você se juntando a nós nessa caminhada. Quero falar aqui em solidariedade. Nós somos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e queremos manifestar nossa solidariedade aos professores e servidores da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, que, como já foi destacado pelo deputado Pedro Kemp e pela deputada Gleice Jane, é uma universidade importantíssima, porque já nasceu interiorizada. Destacar toda essa importância é fundamental, assim como lembrar das pessoas que construíram essa universidade e continuam construindo até hoje. Precisamos ter muito cuidado, porque qual é o discurso da sociedade como um todo? Dizem: “ah, o professor é muito importante, é fundamental”. Mas isso não se transforma, nem se revela em valorização financeira e também no cuidado com o trabalho em si. Então, estamos aqui justamente para falar em nome da solidariedade. Nos solidarizamos e estaremos sempre ombreados para discutir e fazer as lutas juntos, professor Marcelo. Quero colocar nosso sindicato inteiramente à disposição para esse trabalho. É isso.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — A luta de uma universidade é a luta de todas, Roberto. Vou passar agora para o Volmir e depois para você, Shirley Araújo.

SENHOR VOLMIR CARDOSO PEREIRA (secretário-geral da Aduems) — Boa tarde a todas e todos. Saúdo a presidente da Mesa, deputada Gleice Jane, e o deputado Pedro Kemp, pela disponibilidade de estar aqui conosco neste momento tão importante. Saúdo o professor Marcelo, companheiro de lutas na Aduems, e o professor Cláudio, presidente do Andes Nacional, cuja presença aqui muito nos orgulha. Estamos falando de um dos maiores sindicatos do Brasil e da América Latina em termos de categoria, um sindicato com mais de setenta mil professores do ensino superior. E hoje temos aqui a presença do professor Cláudio, presidente do Andes, reforçando nossas lutas. Assumi o compromisso de falar rapidamente sobre as perdas salariais que temos acumulado e repassar um pouco daquilo que já vimos debatendo com nossa categoria, em assembleias, e também oportunamente com a Comissão de Educação desta Casa. Seguimos na luta porque, como o professor Marcelo disse, estamos falando de 44% de perdas salariais acumuladas desde 2014. Isso representa praticamente metade do nosso salário. E vemos onde esse sofrimento é mais agudo. Às vezes as pessoas dizem: “ah, mas professor de ensino superior ganha bem”. Claro, se compararmos ao salário mínimo brasileiro, que hoje é uma miséria de mil e quinhentos reais, parece um valor maior. Mas o próprio Dieese divulgou recentemente que o salário mínimo necessário deveria ser de pelo menos sete mil reais para suprir as necessidades básicas. E, ainda assim, nem isso é totalmente verdade quando olhamos a situação dos professores aposentados. Muitos deles se aposentam recebendo 30% ou 40% a menos do que recebiam quando estavam na ativa. Isso é um choque muito grande. Quando olhamos para um professor que passou pelo menos dez anos

estudando — graduação, mestrado e doutorado — e que ingressa na carreira com expectativa de crescimento profissional, vemos que ele está recebendo, no máximo, sete mil reais líquidos no início da carreira. A gente está falando de perdas muito grandes, que não são apenas perdas individuais para cada servidor, mas perdas para o próprio serviço público. Acho que esse é um ponto importante também para os estudantes que estão aqui conosco e que vêm em solidariedade à pauta dos professores. Precisamos sempre pensar que, quando se precariza o salário de cada servidor, de cada trabalhador do serviço público, está se precarizando também o serviço público oferecido à sociedade. Então, quando o governo Riedel prefere fazer uma política de renúncias fiscais — daqui a pouco o professor Paulo vai falar um pouco sobre isso — e você tem, por exemplo, em 2026, mais de 50% do orçamento do estado comprometido com renúncias fiscais, em uma ordem de onze a doze bilhões de reais, percebe-se claramente que foi feita uma escolha de classe. Quando esse governo, em um estado que exporta tantas commodities e que conseguiu acumular superávits até mesmo durante a pandemia, opta por esse caminho, ele demonstra que não está pensando no desenvolvimento do estado, nem no fortalecimento do serviço público, nem no desenvolvimento social. Esse governo está priorizando a agenda daqueles que já são ricos e muito ricos. Está priorizando uma agenda de concentração ainda maior de riqueza. Em um estado já marcado pelo latifúndio, por enormes fazendas e por uma pequena elite que controla territorialmente o nosso estado, essa elite ainda recebe renúncias fiscais exorbitantes e concentra ainda mais riqueza, inviabilizando o desenvolvimento social, porque o serviço público vai sendo sucateado na mesma medida em que os salários dos servidores são precarizados. Então, basicamente, essa é a fala que eu queria trazer para vocês: dizer que a luta por melhores salários envolve a discussão de uma boa tabela salarial no plano de cargos e carreiras e também uma mobilização conjunta dos sindicatos, para que coloquemos a pauta da reposição salarial como prioridade acima de qualquer outra coisa. É isso que nos une. E é fundamental, neste momento, contarmos com a solidariedade dos alunos e de todos os demais setores. Porque, quem é o aluno? É também um trabalhador da universidade. É um trabalhador do pensamento e da educação. Os profissionais técnicos, aqui representados também pela Ana Maria, são pessoas muito qualificadas, gente que está fazendo mestrado, doutorado e atuando nesta universidade para que a UEMS possa cumprir sua missão social. E, por conta disso, precisamos lutar pela valorização salarial, unindo profissionais técnicos, professores e alunos em torno das pautas que permitirão à nossa universidade cumprir sua missão social. Pauta salarial não é apenas pauta de categoria. É pauta do desenvolvimento do estado e do serviço público. É isso, gente. Obrigado.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Muito obrigada, Volmir. Convido agora a Shirley para fazer uso da palavra e, na sequência, a professora Bartolina.

SENHORA SHIRLEY ARAÚJO (diretora do Sinasefe) — Muito obrigada. Cumprimento esta Mesa, os parlamentares, colegas servidores, estudantes e familiares. Meu nome é Shirley e represento aqui o Sindicato dos Trabalhadores da Educação da Rede Federal de Ensino. Nossa entidade representa os servidores dos institutos federais, da rede do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, e também dos colégios militares. Para vocês verem

que nossa luta não é pequena. E nós não poderíamos deixar de comparecer a este evento tão importante, com pautas tão delicadas e tão prementes como estas debatidas aqui hoje. Porque a função de um sindicato não é apenas cuidar de aspectos legais, organizar brigas e greves, como algumas pessoas pensam. O papel do sindicato é defender os profissionais que estão no dia a dia da sala de aula; aqueles servidores administrativos que cuidam dos alunos, dão apoio aos docentes, realizam atendimento aos estudantes e ao público em geral, lutando pela preservação dos nossos poucos direitos adquiridos com muita garra e dedicação de todos os servidores. Hoje viemos aqui com duas pautas que afetam diretamente o futuro da educação: a reposição salarial e a aposentadoria digna dos servidores, sejam eles de qualquer esfera governamental — municipal, estadual ou federal. Estamos todos no mesmo barco, e à deriva. Muitas vezes, quando a sociedade ouve falar em greve e reivindicação salarial, pensa que estamos apenas lutando para ganhar mais, no entanto, esquece que estamos lutando pela qualidade do ensino e pela preservação da formação dos filhos e dos netos dessa mesma sociedade. Também se esquece de que o servidor que não consegue pagar suas contas adoece, e quando o servidor adoece, a educação adoece junto. A nossa educação está doente. A realidade é que, assim como acontece com os servidores estaduais, eu também fui servidora estadual durante oito anos e vivi essa situação. Nossos salários ficaram por mais de dez anos totalmente congelados, sem qualquer crescimento, e somente agora, em 2024, depois de uma greve muito dolorida e muito sofrida, conseguimos algum avanço mínimo na carreira, especialmente para os técnicos administrativos em educação. Quero aproveitar este momento para agradecer ao professor Cláudio pelo importante papel desempenhado pelo Andes nesse movimento. Reposição salarial, gente, não é privilégio; é uma necessidade. Significa recuperar o poder de compra e o direito de ir ao supermercado com dignidade. É o mínimo que a sociedade deve aos profissionais docentes que estão todos os dias em sala de aula. Estamos falando de profissionais desvalorizados que, aos poucos, vão abandonando a carreira docente em busca de outras profissões, porque permanecer na educação já não compensa. E quem perde com isso? Perdem os nossos filhos e os nossos netos. Por isso eu sempre digo que o meu medo é que, daqui a algum tempo, não exista escola para os meus netos, porque os profissionais qualificados estão deixando a profissão. Os salários estão extremamente corroídos. E o que acontece quando o salário está corroído? O trabalhador não consegue se dedicar plenamente àquilo que se propôs a fazer. Além disso, a luta nunca termina e, a cada dia, somos mais pressionados pelos cortes orçamentários. E há algo impressionante nisso tudo: a guilhotina parece atingir sempre a educação. Quando um governo pensa em cortar orçamento, a educação costuma ser a primeira área atingida. É nela que o facão cai primeiro, sempre. Aparentemente, a educação não é prioridade para os governos. Aliás — e me desculpem aqueles que não concordam —, muitas vezes tenho a impressão de que, se pudessem, alguns governos simplesmente eliminariam a educação, porque isso talvez facilitasse a implementação de determinadas políticas. Mas existe também a outra face desse debate, que é a questão da aposentadoria. Sobre isso eu posso falar com propriedade, porque tenho sessenta e sete anos, continuo na ativa, continuo na luta e não vejo perspectiva de uma aposentadoria digna nos próximos anos. Costumo dizer aos meus colegas que eu não vou me aposentar. Eu vou ser expulsa do serviço público. E quero destacar ainda um fato: o Brasil é o único país do mundo em que servidores aposentados

continuam pagando previdência. Isso é um absurdo! Por isso, quero deixar aqui o apoio do Sinasefe e a nossa solidariedade a essa causa. Contem conosco. Estamos juntos nessa luta que continua e precisa continuar. Muito obrigada!

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Obrigada, Shirley! Passo agora a palavra para a professora Bartolina.

SENHORA BARTOLINA RAMALHO CATANANTE (representante do Grupo de Trabalho de Aposentadoria da Aduems) — Boa tarde! Boa tarde à Mesa, boa tarde aos meus colegas que estão aqui presentes. Deputada Gleice Jane, eu venho falar em nome dos aposentados. Nós não somos muitos na UEMS. Somos em torno de cento e trinta pessoas. E essas cento e trinta pessoas, como bem disse o deputado Pedro, participaram da missão fundamental da universidade estadual, que é promover a interiorização da educação e da formação das pessoas. E nós temos absoluta certeza de que outrora esses cento e trinta faziam isso: primeiro viajavam para três municípios para poder dar aulas, pois éramos professores “caixeiros-viajantes”; depois, passavam a atuar em dois municípios e, finalmente, em apenas um município, para dar aula em uma unidade universitária. Foi então que se tornou possível estabelecer o tripé da universidade estadual: ensino, pesquisa e extensão. Hoje podemos dizer que a UEMS é uma universidade consolidada. E essa universidade consolidada teve, sim, a participação desses cento e trinta professores. É isso que eu quero trazer aqui: a fala dos professores aposentados. O Volmir me disse o seguinte esta semana: “Bartô, tem uma professora que gasta mil e quinhentos reais por mês em remédios”. Eu respondi: “Volmir, isso é normal. Eu pago mil reais, e olha que estou bem, aparentemente saudável”. Eu pago mil reais e ainda tem o seguinte: esqueci da última letra na hora de me aposentar, então tenho menos 5%. Além disso, não tive acesso ao nível 6, o que representa mais um percentual relevante de perda. E tem mais: quando me aposentei, eu pagava 11% acima do teto salarial. Agora pago 14% de forma integral. E não reclamo, não é, Volmir? Inclusive eu disse a ele: “sou aquela que não reclama”. Então, deputados, venho aqui dizer que a proposta de reenquadramento funcional dos professores visa justamente corrigir essa defasagem. Meus colegas professores que se aposentaram assim que completaram trinta ou trinta e cinco anos de carreira saíram para a aposentadoria no nível 4. Imaginem só a defasagem salarial. Outro grupo, no qual eu me incluo, aposentou-se no nível 5. E há um detalhe importante: esses professores não receberam o nível máximo da carreira. Primeiro porque o nível 5 já havia sido aprovado pela universidade, pelo Conselho Universitário (Couni), mas não havia disponibilidade financeira para contemplá-lo. Essas pessoas permanecem até hoje no nível 4, sem direito à ascensão e sem acesso ao nível 5, que era o imediatamente devido. É uma situação gravíssima, não é, Marcelo? E ainda temos, professor Cláudio, os 44,48% de defasagem salarial. É nessa perspectiva que estamos aqui para solicitar o reenquadramento funcional desses docentes, porque isso garantiria ao menos um nível de igualdade e corrigiria essa falha histórica. Todos os professores que se aposentaram nessa condição tinham direito ao que o nível 5 apresentava e também ao que o nível 6 assegurava. Hoje temos cinquenta e quatro docentes nessa condição, o que geraria um impacto mensal de aproximadamente trezentos e um mil reais por ano. Diante dos dados que acompanhamos recentemente — de apenas

quatro dias atrás —, mostrando que Mato Grosso do Sul é o estado que mais cresce, segundo comparativos do Banco Central com outros estados, consideramos que, na verdade, não se quer fazer justiça aos professores que construíram a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Também endossamos a proposta das camisetas azuis, não é, Ione? Inclusive eu também tenho a minha e participo desse movimento, que defende o fim dos 14%, percentual que foi implementado de forma silenciosa, e nós nos sentimos totalmente roubados quando recebemos nosso salário no mês seguinte. É nesse sentido que venho aqui dizer que nós, aposentados da UEMS, precisamos urgentemente de uma política que vise garantir o mínimo de dignidade para cada um de nós, porque fomos nós que construímos essa história, construímos essa universidade, construímos o ensino, a extensão e a pesquisa. E disso temos certeza: fizemos tudo com muita hombridade. Muito obrigada.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Obrigada, Bartolina. E construíram o estado também. Agora, convido Ana Maria Hauber para fazer uso da palavra e, depois, o Josiel.

SENHORA ANA MARIA HAUBER (vice-presidente do Sintuems) — Vou permanecer aqui, porque fiz um texto escrito, e fica mais prático. Senhora deputada estadual Gleice Jane, vice-presidente da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Desporto, em nome de quem cumprimento toda a Mesa, e de forma especial cumprimento o deputado Pedro Kemp, que sempre esteve presente na Comissão Permanente de Educação, Cultura e Desporto e também enquanto secretário de Educação — a quem muitas ligações fiz às 22h, quando eu ainda era diretora de escola. Para quem não sabe, eu sou técnica em assuntos educacionais da UEMS e também professora aposentada do estado. Cumprimento também os presidentes e representantes das entidades sindicais aqui reunidos. Agradeço imensamente o convite feito pelo professor Valmir Cardoso Pereira, da Diretoria Executiva da Aduems, para participar desta importante audiência pública. Meu nome é Ana Maria Hauber e falo em nome do Sindicato dos Profissionais Técnicos da Educação Superior da UEMS (Sintuems). Quero também apresentar e destacar a presença do meu colega e amigo Anderson Andrade Rodrigues, técnico da UEMS e membro da nossa Diretoria Executiva, representando a unidade universitária de Campo Grande. É uma grande satisfação ocupar esta tribuna hoje. A presença de tantas entidades sindicais neste Plenarinho reforça que nossa luta por direitos é conjunta, coletiva e urgente — inclusive a luta dos aposentados contra os 14%, que realmente é uma pauta coletiva de todos. Vou fazer aqui um contexto da nossa luta enquanto profissionais técnicos da educação superior da UEMS, que é um pouco diferente da luta dos professores, por isso considero importante apresentar esse histórico. O Plano de Cargos e Carreira dos Profissionais Técnicos da Educação Superior, instituído pela Lei nº 2.230, de 2 de maio de 2001, era um plano conjunto. Nós queríamos avançar nesse plano, queríamos mudanças, mas tivemos que fazer uma separação porque não dava para continuar com aquele piso salarial extremamente baixo — algo semelhante ao que está acontecendo agora com os professores. Então entendemos que seria melhor realizar a separação: o plano de cargos e carreira dos técnicos seria uma coisa e o plano de cargos e carreira dos professores seria

outra. No final de dezembro de 2020, tivemos uma reunião com secretários do governo. À época, o secretário de Governo era Eduardo Riedel. Nessa reunião, o Eduardo falou o seguinte: “as Anas têm que se entender: Ana Nardes e Ana Maria”. Então ele disse que precisaríamos avançar na discussão. E nós já havíamos lutado muito. Todo mundo sabe que chegamos até a entrar com caixão aqui e tudo mais. Foi uma luta intensa no governo anterior. Assim, em 2001 realizamos a estruturação do nosso plano de cargos e carreira, após diversas reuniões, idas e vindas para Campo Grande. Nossa proposta foi atendida no dia 9 de dezembro de 2001, aqui na Assembleia Legislativa. Mesmo assim, restaram lacunas importantes que não foram sanadas pela gestão anterior. Felizmente, na atual gestão encontramos portas abertas para o diálogo. Já estamos na segunda etapa das negociações e entregamos nossa demanda em reunião com o então secretário Frederico Felini, para levantamento do impacto financeiro. Quero ressaltar que não são muitas demandas, são ajustes pontuais de lacunas que precisam ser corrigidas para fazer justiça à categoria, porque, na época, não conseguimos alcançar tudo o que queríamos em nosso plano de cargos e carreira. Sabemos que cada sindicato possui suas pautas específicas, embora também existam pautas coletivas. O Sintuems vem a esta Casa de Leis propor e defender os seguintes pontos: o interstício de três em três anos; o reenquadramento dos profissionais técnicos a cada três anos, garantindo a isonomia entre os servidores; adequação da promoção funcional — porque, como o limite é de quarenta anos e nós estamos hoje com trinta e poucos anos desde que fizemos a reestruturação do nosso plano, estamos perdendo nesse aspecto; valorização da titulação; melhoria nos coeficientes. Nós, da UEMS, somos quatrocentos e noventa e seis funcionários. Temos cargos de ensino médio e de ensino superior, mas a maioria possui apenas a nomenclatura de ensino médio, embora muitos tenham mestrado e doutorado. Praticamente 100% dos servidores possuem nível superior. Além disso, muitos têm mestrado e doutorado, então defendemos também a valorização da titulação de posse, ou seja, que a pessoa já assuma o concurso recebendo conforme sua titulação. Vou ser rápida, já que o tempo está acabando. Defendemos ainda a ampliação do quadro de vagas dos técnicos, para suprir a crescente demanda da universidade, além da questão da insalubridade. E, caminhando para o encerramento: com a saída do secretário Fellini para coordenar a campanha eleitoral, assumiu o atual secretário, senhor Gurgel. Inclusive, já temos uma agenda marcada para o início de junho. Sabemos das limitações legais impostas pela legislação eleitoral, por estarmos em ano de eleição, mas entendemos que o monitoramento da tramitação e o avanço técnico dessa pauta não podem parar. Agradeço mais uma vez a oportunidade e desejo muito sucesso e conquistas a todas as categorias aqui representadas em suas respectivas reivindicações. A união faz a força. Muito obrigada.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Obrigada, Ana Maria. Convido agora para sua fala o acadêmico do curso de Agroecologia da UEMS e liderança da Aty Guasu, Assembleia dos Povos Guarani e Kaiowá, Josiel Machado.

SENHOR JOSIEL MACHADO (liderança da Assembleia dos Povos Guarani e Kaiowá) — Boa tarde a todos e todas. Quero cumprimentar a Mesa, a deputada Gleice Jane, o deputado Pedro Kemp e o professor Marcelo. Obrigado pelo convite, professor.

Cumprimento também o professor Cláudio e todos os presentes neste momento. Quero agradecer também aos parentes que acompanham pelas redes sociais, aos estudantes, aos movimentos sociais e a toda a sociedade que está presente aqui. Meu nome é Josiel Machado, sou da etnia Kaiowá, do município de Amambai, e sou acadêmico indígena da turma única que foi financiada pelo MPI no ano passado. Estamos passando por uma situação muito difícil em nosso município, especificamente em Amambai, no curso de Agroecologia. Nossas aulas estão suspensas devido ao não repasse de recursos para a universidade. Então, fica muito difícil para nós. Foi difícil até mesmo falar sobre essa questão, mas quero aproveitar esta Audiência Pública para denunciar o que está acontecendo lá. Hoje venho a esta Assembleia Legislativa não apenas como estudante, mas como voz coletiva do nosso povo, que enfrenta diariamente a exclusão, o abandono e a falta de compromisso do poder público com os povos indígenas e com a educação. Nós, acadêmicos indígenas, estamos enfrentando essa situação específica da UEMS de Amambai, e isso afeta diretamente a permanência dos estudantes indígenas dentro da universidade. Muitos dependem desse apoio para alimentação, transporte, moradia e materiais básicos para continuar estudando e garantir sua permanência acadêmica. Nós não queremos privilégio, queremos respeito. Queremos que os direitos garantidos na Constituição sejam cumpridos. A educação indígena não pode ser tratada como favor, é um direito conquistado com muita luta, resistência e, muitas vezes, com sangue derramado pelos nossos ancestrais. Também quero, em nome do povo Guarani Kaiowá e da coordenação da Aty Guasu, agradecer à deputada Gleice Jane e ao deputado Pedro Kemp, que muitas vezes não medem esforços para dar visibilidade às denúncias territoriais que vêm acontecendo em nossos territórios. Enquanto muitos se calam diante da violência, das ameaças e dos ataques contra nossas comunidades, existem parlamentares aliados que caminham junto com nosso povo e ajudam a fazer ecoar nossas denúncias dentro dos espaços de poder. Hoje, nossa comunidade continua sofrendo com conflitos territoriais, insegurança alimentar, violência contra as lideranças e ausência do estado. E, mesmo assim, o nosso povo resiste. Resiste através das retomadas, das rezas, da cultura, da juventude e também através da universidade. Por isso, esta Audiência Pública é importante, porque precisamos transformar denúncias em ações concretas. Precisamos garantir que os recursos cheguem aos estudantes e que as salas de aula estejam abertas para que os povos indígenas tenham dignidade para continuar existindo. Finalizo dizendo que a nossa luta não é apenas indígena. Nossa luta é pela vida, pela justiça social e por um futuro mais humano para todos. “Aguyje etê”. Muito obrigado.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Obrigada, Josiel. Quero convidar agora a professora Érika Porcelli Alaniz, vice-presidente do Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Aduems), e depois o Lindemberg.

SENHORA ERIKA PORCELLI ALANIZ (vice-presidente da Aduems) — Boa tarde a todos. Em nome da deputada Gleice Jane — e agradecendo também ao deputado Pedro Kemp — quero, em nome da Aduems, agradecer esta abertura e esta possibilidade de realizarmos uma Audiência Pública para fazer um debate tão importante sobre o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso do Sul. Agradeço também a presença do

Cláudio, representante do nosso sindicato nacional, do qual somos seção sindical. Sua presença muito nos alegra, e seguimos sempre juntos nessa caminhada. Cumprimento também meus colegas professores aqui presentes, os estudantes e todos os demais participantes. Vou praticamente ler enquanto falo, porque o tempo é curto e tenho apenas alguns minutos. Quero trazer para este debate um pouco das condições de trabalho vivenciadas pelos docentes na universidade, mas entendo que não podemos falar disso sem considerar a política econômica adotada pelo Estado de Mato Grosso do Sul. Inicialmente, quero abordar a questão da renúncia fiscal, principalmente das isenções tributárias, que comprometem profundamente a educação superior e a pesquisa científica e tecnológica no estado. A UEMS não possui autonomia financeira e, por isso, permanece condicionada ao Poder Executivo. E aí vocês podem imaginar: a Fundação Getúlio Vargas apontou Mato Grosso do Sul entre os três estados que comprometem mais de 50% de sua receita total com gastos tributários voltados às sete maiores empresas do agronegócio. Uma pesquisa realizada pelo GT Verbas do Andes Nacional — nosso sindicato — mostra um crescimento exponencial da receita líquida do Estado de Mato Grosso do Sul. Entretanto, isso não se traduziu em um aumento proporcional do orçamento da UEMS. O orçamento da UEMS, entre 2007 e 2024, ficou situado entre 1,45% e 2% da receita do estado. E quero comentar que essa política de isenção fiscal e essa prioridade dada ao agronegócio, de forma muito unilateral, afetam duplamente a educação. Primeiro, porque retiram do Tesouro recursos que deveriam ser destinados às políticas sociais, reduzindo o volume disponível. Segundo, porque, mesmo sobre esse Tesouro já reduzido pela política de isenções fiscais, vincula-se um percentual muito baixo — de aproximadamente 1,45% a 2% — para a universidade. Então, isso afeta duplamente a educação, e precisamos refletir sobre isso. Apesar da retórica governamental, os fatos revelam que a universidade estadual não é considerada um elemento importante para a formação científica, tecnológica e profissional dos jovens, e muito menos como instrumento estratégico para pensar o desenvolvimento regional do estado. Isso porque o estado vem sendo inserido em um processo de reprimarização, porque, na divisão internacional do trabalho, no mundo, — como dizia o Wallerstein: — "estamos no elo mais fraco", onde exportamos produtos primários e formamos pessoas para o trabalho simples. E aí cabe a pergunta que precisamos fazer aqui: qual é a importância da universidade pública estadual para esse projeto de desenvolvimento? É justamente esse vínculo que quero estabelecer para pensar as condições de trabalho dos professores. A Aduems realizou uma enquete com seus filiados. Foram recebidas vinte e seis respostas, e vou apontar rapidamente alguns elementos de precarização das condições de trabalho. Um deles é a infraestrutura, que é consequência direta dessa política de priorização de determinados segmentos por meio de isenções fiscais. Os professores relatam ausência de laboratórios, equipamentos, insumos, espaços adequados, salas individuais para docentes, ampliação de salas para cursos, computadores institucionais — muitos trabalham com computadores pessoais — além da ausência de suporte financeiro para pesquisa e desenvolvimento de tecnologia. Também não há estímulo ou políticas voltadas para mães estudantes, profissionais trabalhadoras e outras demandas nessa direção. Bom, gente, meu tempo já está acabando, mas quero destacar que esse processo de precarização do trabalho em curso pode ser caracterizado por duas dimensões. A primeira é a flexibilização do trabalho, algo que já faz parte da realidade do

professor universitário, que atua em diferentes frentes simultaneamente. Porém, essa flexibilização vem sendo aprofundada por uma intensificação cada vez maior do trabalho. Temos, por exemplo, a ausência de funcionários técnicos. Com isso, os professores, em vez de prepararem suas pesquisas e aulas, enfrentam enormes dificuldades porque o trabalho burocrático e administrativo passa a ocupar um espaço gigantesco. Temos ainda a defasagem salarial e o arrocho de 44%; salários abaixo do piso nacional do magistério em quase dois mil reais; a Cassems, que aumentou 1100%, enquanto nosso reajuste foi de apenas 3,81%. Ou seja, essa conta não fecha. E é muito comum ouvirmos professores na universidade dizendo: “olha, além das quarenta horas de trabalho, as horas excedentes nem cabem no PAD”. Então, o professor universitário trabalha muito além das quarenta horas e sequer possui onde registrar essas horas para fins trabalhistas. Formalmente, precisam aparecer apenas quarenta horas. Esse cenário é dramático. E a consequência disso é um intenso adoecimento. No questionário, os professores pediam que a universidade oferecesse apoio psicossocial. O sofrimento psíquico dos docentes tornou-se um ponto fundamental do ponto de vista da categoria, mas, fundamentalmente, o elemento que mais se destaca é o impacto sobre a sociedade. Uma universidade estruturada nesse formato, marcada pela precarização e pelas dificuldades internas de trabalho, não consegue cumprir plenamente sua função social: desenvolver ciência, tecnologia, pensar um outro projeto de nação e de país a partir do território de Mato Grosso do Sul, além de formar filhos de trabalhadores em um nível científico e técnico qualificado. É nesse sentido que quero reafirmar que só teremos uma universidade pública de qualidade quando valorizarmos os profissionais que trabalham em seu interior.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Muito obrigada, professora Érika. Chamo agora Lindberg Vidotto Garcia, acadêmico do curso de História da UEMS nas Moreninhas, e depois o professor José Barreto dos Santos, professor titular da UEMS.

SENHOR LINDEMBERG VIDOTTO GARCIA (aluno da UEMS) — Boa tarde a todos os senhores, à deputada Gleice Jane, ao deputado Pedro Kemp, professores presentes, autoridades, colegas acadêmicos e estudantes. É com grande respeito que me dirijo a todos nesta Casa e, a partir do convite que me foi feito, quero dizer que fiquei muito lisonjeado pela oportunidade. Como já foi mencionado, meu nome é Lindemberg Vidotto Garcia, sou acadêmico do 4º ano de História, o último ano do curso de História da UEMS que funciona na unidade das Moreninhas. Essa unidade representa uma das expressões da própria política da UEMS de estar presente em todos os lugares e, como o deputado Pedro Kemp mencionou há pouco, levar a universidade para onde as pessoas estão. No entanto, a UEMS das Moreninhas funciona dentro de uma escola estadual. Ela não possui um prédio próprio para abrigar os cursos de História, Administração Pública e Direito. Portanto, estamos inseridos dentro da estrutura de uma escola. O deputado Pedro Kemp foi muito feliz ao resgatar a trajetória da UEMS, porque a história da universidade naquele espaço também é marcada por desafios. A UEMS está presente nas Moreninhas há cerca de quatro anos e, desde sua implantação, temos superado diversas limitações. Quando os cursos de História e Administração Pública começaram, não havia praticamente nenhuma estrutura. Não tínhamos biblioteca, não tínhamos refeitório e, na verdade, ainda não temos.

Contávamos apenas com a estrutura já existente na escola. Tanto é que alguns moradores da região diziam: “Eu nem sabia que aqui funcionava uma universidade. Achei que era o EJA”. Nós íamos para a faculdade e muitas pessoas acreditavam que éramos alunos da Educação de Jovens e Adultos. Ao longo desses quatro anos fomos enfrentando e superando muitas dificuldades. Hoje estou no último ano do curso e algumas dessas limitações ainda permanecem. Continuamos sem um espaço adequado para alimentação. Algumas pessoas se dispõem a vender alimentos no local para atender os estudantes, mas ninguém consegue permanecer muito tempo nessa atividade. Apesar disso, a UEMS nas Moreninhas representa muito mais do que uma unidade universitária. Para aquela região, ela se tornou um marco e um pilar importante tanto para o estado quanto para os bairros do entorno. Isso porque democratiza o acesso ao ensino superior, alcançando jovens e adultos de diferentes classes sociais e realidades. Eu sou um exemplo disso. Quando tentei cursar Administração de Empresas, precisei sair das Moreninhas e me deslocar até a UniCesumar, na avenida Ceará. E isso porque escolhi um curso na modalidade EAD. Mesmo assim, precisava ir até lá para realizar provas e outras atividades presenciais. Não consegui continuar. Não consegui pagar as mensalidades e tive que trancar o curso. Então eu me perguntava: “quando será que vou conseguir entrar em uma universidade?” Consegui ingressar no ensino superior já com mais de quarenta anos. Hoje tenho quarenta e quatro anos e, naquele momento, pensei: “Será que ainda vou conseguir fazer uma faculdade?” Fui lá, fiz o vestibular, estudei e consegui passar. Mas, assim como eu, muitas outras pessoas enfrentam situações semelhantes. Inclusive, vimos isso representado na apresentação teatral exibida aqui hoje. Há pais, mães e famílias inteiras tentando conciliar estudo, trabalho e responsabilidades familiares. Minha companheira está aqui presente. Ela também cursa Administração Pública. Temos três filhos e, muitas vezes, precisamos deixar as crianças aos cuidados de outras pessoas para podermos estudar. É assim comigo, é assim com ela e é assim com tantas outras pessoas. Temos mães solo, mães atípicas e inúmeras outras realidades que enfrentam desafios semelhantes. Por isso, a presença da UEMS nas Moreninhas e em toda aquela região possui um papel social fundamental, porque amplia oportunidades e garante acesso ao ensino superior para pessoas que dificilmente conseguiriam estudar em outras condições. Hoje, a universidade é um símbolo de transformação. O bairro já está estruturado, acolheu a universidade e possui condições de receber uma unidade própria. No entanto, pelas últimas informações que recebemos, existe a possibilidade de não podermos mais permanecer naquela escola. Há a perspectiva de termos que deixar o local, embora ainda não exista uma definição sobre para onde iremos. Isso gera insegurança, porque precisamos gerenciar nossas vidas e nossos estudos sem saber exatamente qual será o futuro da unidade. Nesse cenário, a luta dos professores da UEMS ganha uma relevância ainda maior. Eles não formam apenas profissionais. Quero dizer aos professores presentes que vocês não estão formando apenas profissionais; vocês estão formando futuros professores, intelectuais, pesquisadores, lideranças e agentes políticos. Quando falamos dos professores, estamos falando de uma categoria de trabalhadores cuja missão é produzir conhecimento e formar pessoas. E é justamente por isso que, ao pensar no professor e no professor da UEMS, precisamos compreender a importância dessa função. Nós não estamos aqui em uma discussão de direita ou de esquerda; na verdade estamos falando daquilo que é nosso por direito. A valorização dos

professores, com reajuste salarial e melhoria das condições de trabalho, é um investimento na transformação social do nosso estado. E eu até coloco isso em pauta porque os professores também compartilham desse sofrimento conosco. Eles precisam se deslocar, buscar investimentos e lutar para conseguir condições mínimas para as atividades acadêmicas. Por exemplo: eu sou do curso de História e, em quatro anos, fizemos apenas uma viagem de projeto de extensão para um local histórico. Apenas uma. Agora estamos em uma luta para conseguir verba para irmos até Alcínópolis, realizar uma viagem de extensão, fazer um trabalho de campo e elaborar relatórios sobre os sítios arqueológicos. Ou seja, o curso de História conseguiu realizar apenas uma viagem focada em disciplina até hoje, e agora estamos tentando novamente. Mas aí ficamos sabendo que não há dinheiro sequer para gasolina. Os próprios professores acabam tendo que fazer “vaquinha” para conseguir um ônibus — e ainda assim existe apenas um ônibus disponível para levar os alunos, sem capacidade para todos. Todos poderiam ir? Não. Não podem. Então já existe uma espécie de seleção natural dentro desse processo. Por isso, conclamo os senhores e senhoras parlamentares a reconhecerem o valor da UEMS, dos seus professores e dos seus acadêmicos para este estado. O potencial tanto do bairro quanto da UEMS, dos acadêmicos e dos professores, representa uma luta — e uma luta justa. Agradeço a atenção de todos e me coloco à disposição para o diálogo. Obrigado.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Obrigada, Lindemberg. Lindemberg, eu me formei em 2005 e parte do que você relata também era pauta nossa naquele período. Acho que avançamos em algumas questões, mas ainda há muitas pelas quais precisamos continuar lutando. Bom, passo agora a palavra ao professor doutor José Barreto dos Santos, professor titular da UEMS, e depois ao professor Paulo Marcos Esselin.

SENHOR JOSÉ BARRETO DOS SANTOS (professor titular da UEMS) — Boa tarde a todos. Quero agradecer aos colegas, alguns dos quais não vejo há bastante tempo, especialmente o pessoal de Dourados. Também queria resgatar aqui alguns momentos das audiências realizadas lá atrás. Lembro muito bem de uma audiência em que participei e em que o debate girava em torno da educação e do papel da UEMS no estado. Naquele momento, havia muitos elogios à universidade. Não sei se vocês se lembram disso, mas foi uma audiência marcada por diversos reconhecimentos positivos sobre o que a UEMS vinha realizando. Até que chegou um momento em que houve uma ruptura. O debate mudou de tom — e isso foi saudável. Chegou-se à conclusão de que muitas pessoas falavam sobre educação, mas não compreendiam efetivamente o que era educação. E nós, que somos da academia e discutimos isso cientificamente, partimos de alguns pressupostos. Quero recuperar aqui dois deles. Primeiro, quero remeter ao pensamento de Demerval Saviani, porque ele é muito direto ao analisar os fundamentos históricos da educação brasileira. A história da educação se divide em um momento em que existe uma iniciativa privada voltada para educar aqueles que têm acesso e condições, enquanto o restante, os trabalhadores, recebe outro tipo de educação. E aqui eu percebo que, a partir desse germe, surge a categoria de classe. Então, entende-se claramente que estamos falando de uma categoria. Esta união que vemos aqui, categoricamente, reúne pessoas ligadas direta e indiretamente à educação, como professores, servidores públicos e alunos. No conjunto da obra, somos

trabalhadores coletivos, e acredito que não podemos perder isso de vista, porque é a partir daí que passamos a pensar, basicamente, na nossa soberania. E por que estou citando a soberania? Porque ouvi várias vezes, ao longo das falas, termos como autonomia, dignidade humana e sobrevivência. Ora, tudo isso está previsto na Constituição. Temos respaldo constitucional para a autonomia universitária; temos, no artigo 5º, a garantia da dignidade humana e do direito à vida. E aí entra também a questão dos aposentados. Eu mesmo estou me encaminhando para a aposentadoria e observo essa situação com atenção. Esses dois pilares fundamentais nos dão condições de colocar essa soberania em um plano político de ação. E é justamente aí que faço um gancho com a fala do Pedro, que resgatou a trajetória da UEMS. Eu entendo que a UEMS possui uma soberania, mas uma soberania disfarçada de falta de autonomia. E esse cenário, politicamente, é totalmente incorreto. Por quê? Porque existe um respaldo legal, mas, pelas condições históricas que foram criadas — e quando falo em condições históricas, refiro-me às condições materiais e agrárias que formaram uma elite que nunca vai olhar especificamente para a educação — temos um cenário que não é apenas estadual, mas nacional. Basta observar que o Brasil foi um país tardio na criação de universidades. Nossa universidade surge apenas na década de 1930. Em 1937, durante o Estado Novo, Vargas cria o decreto que consolida, de fato, a primeira universidade brasileira, a USP. Com esse cenário, quero dizer o seguinte: vamos nos respaldar um pouco na experiência, na sabedoria acumulada pela idade e pelo tempo, para afirmar que o grande desafio para nós é nos apropriarmos, de fato, daquilo que está na origem desta universidade. Assim como, lá atrás, o debate era sobre educação e autonomia, essa autonomia só será efetivamente realizada quando olharmos para o germe que criou esta universidade, que foi a fundação. Enquanto não nos apropriarmos dessa fundação, ela continuará sendo gerida pelo poder soberano, que é o Estado. Ele privatiza e faz o que quer com os pilares constitucionalmente garantidos: a autonomia universitária, a liberdade didático-científica e os princípios constitucionais que nos permitem agir politicamente. Por isso, deixo aqui uma reflexão: a autonomia exige que pensemos coletivamente, enquanto trabalhadores, sobre a fundação. Pensar a fundação é pensar um mecanismo de liberdade política. Essa fundação precisa ser nossa. A partir do momento em que pensarmos coletivamente essa soberania, poderemos, de fato, alcançar a autonomia que desejamos. Esse é o recado que eu queria deixar, viu, Pedro? Porque a história continua e os debates também, mas às vezes ficamos patinando — e não digo isso em sentido negativo —, mas lembro que, naquela audiência de anos atrás, usei uma frase que ainda considero atual. Eu dizia que uma das primeiras universidades concebidas foi a Universidade de Pádua. Isso aparece no livro de Aníbal Ponce. E lá fica claro que aquela universidade era expressão da soberania do rei, que a outorgava e a franqueava. De certa forma, hoje ainda estamos nesse espaço. Somos outorgados e franqueados pelo Estado. E o Estado faz o que quer com a nossa soberania. Quero deixar esta contribuição como uma reflexão, porque percebi que todos que falaram aqui tocaram nesses pilares fundamentais. Eu apenas gostaria que pensássemos juntos sobre como nos apropriar efetivamente desses pilares para conquistar, de fato, a autonomia que buscamos. Obrigado.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Muito obrigada, professor Zeca. Convido agora o professor Paulo Marcos Esselin e, na sequência, a professora Luciana.

SENHOR PAULO MARCOS ESSELIN (historiador e professor aposentado da UFMS) — Boa tarde a todos. Deputada Gleice Jane, é um privilégio receber um convite seu para estar aqui. Quero cumprimentar todos os colegas presentes e gostaria de incorporar à minha fala vários dos pontos abordados pelo professor doutor Volmir e pela professora doutora Érika. Achei suas exposições extremamente interessantes e fundamentadas em dados muito expressivos. Fui convidado, certamente, porque escrevi uma série de quinze artigos discutindo justamente essas questões: educação, saúde, segurança pública e a forma como o Estado de Mato Grosso do Sul pensa e trata esses temas. Lembro-me de que algo me chamou muito a atenção em 2022, durante o debate entre o atual governador e o então candidato Capitão Contar. Naquele debate, percebi claramente que o Capitão Contar, embora fosse deputado estadual, não havia lido o orçamento do estado. Quando surgiram questões relacionadas ao orçamento, ele demonstrou não ter conhecimento sobre o assunto. Algumas pessoas chegaram a dizer que, se ele não tivesse participado daquele debate, teria vencido a eleição. Não sei se isso é verdade, porque não acompanho esse tipo de avaliação política. Mas o fato é que o ano passou e a eleição foi vencida pelo atual governador. Eu estava assistindo à televisão quando vi um debate na Assembleia Legislativa, e vi um professor deputado — não me recordo o nome dele — pegou o livro “O Averso da Pele” e o destruiu em Plenário. Mas aquele livro é uma obra extraordinária que retrata o Brasil e as consequências da escravidão de forma profunda. É um trabalho maravilhoso. O episódio foi acompanhado por uma série de deputados, todos se apresentando como pessoas de família e patriotas, defendendo que aquele livro não poderia chegar às escolas sul-mato-grossenses. Na visão deles, estavam protegendo a educação. Era essa a interpretação que faziam. Eu escrevi um artigo sobre isso e percebi algo que me chamou muito a atenção: acredito que uma parcela significativa dos deputados — não todos, evidentemente — não lê, não se aproxima do orçamento público, não sabe o que é uma peça orçamentária. Foi a partir dessa percepção que comecei a escrever sobre o tema. E fiz uma denúncia que considere muito importante: procurei demonstrar quanto o Estado destina ao agronegócio. Fiquei escandalizado. Em 2025, foram cerca de R\$ 6 bilhões; em 2026, esse valor chegou a R\$ 11,95 bilhões; em 2027, alcançará R\$ 12,7 bilhões; e em 2028, ultrapassará R\$ 13 bilhões. O que isso representa dentro da receita do Estado? Representa aproximadamente 50,01% do orçamento. Então fui comparar com os gastos em saúde, educação e segurança pública. Somando essas três áreas — que talvez sejam os principais pilares da administração pública — o Estado gasta, neste ano, cerca de R\$ 8,9 bilhões. Poderia ser o inverso. Mas não é. Então procurei entender essa realidade e refletir sobre qual deveria ser nossa relação com o orçamento público. Vou dar um exemplo muito concreto. O Hospital Regional Rosa Pedrossian enfrenta uma crise gravíssima. Falta tudo. Corredores lotados. Até vim com uma médica aqui para a Assembleia, e ela, que trabalha no Hospital Regional, me disse o seguinte: “Como pode o piso daqui estar tão limpo e o do Hospital Regional tão sujo?” Essa observação revela muito sobre o tratamento que está sendo dado aos serviços públicos. Enquanto tudo isso acontecia, eu me perguntava: onde

está o governador? Sabe onde ele estava? Vou dizer. Ele estava prestigiando uma festa — acredito que a IV Festa do Suíno de Mato Grosso do Sul — e anunciou cerca de R\$ 300 milhões em incentivos para aquela atividade. Lembram quando o governador Riedel esteve no Rio de Janeiro prestigiando o governador Cláudio Castro, depois de lá no estado terem matado cento e vinte e uma pessoa? — Uma maravilha [sic]. O Riedel saiu de lá e — não contente — foi visitar os produtores de carne de Mato Grosso e disse: "nós damos dinheiro para desenvolver esse setor". Diante disso, eu deixo aqui uma reflexão: nós precisamos discutir o orçamento do estado, mas não apenas aqui. Precisamos levar esse debate para as nossas unidades, reunir os professores, conversar sobre o tema e denunciar o que está acontecendo. Isso é uma vergonha, uma vergonha nacional. Eu estive aqui na Assembleia, também a convite da deputada, participei daquela audiência, conheci alguns colegas e passei a me interessar pelo trabalho que eles realizam. Além disso, acompanhei a questão dos 14% cobrados dos professores aposentados e fiquei impressionado com uma situação: o professor sobe de nível, mas o governo não paga absolutamente nada. O militar também sobe de nível e, igualmente, o governo não paga. Portanto, precisamos discutir isso melhor. Quando o meu querido amigo aqui fala em questão de classe, é exatamente disso que estamos tratando. Existe uma classe no poder. E que classe é essa? Exatamente a classe dos produtores rurais. Trata-se de uma elite econômica que se apossou do estado, e tudo que fazem é para eles e entre eles, por isso, eu sugiro que façamos outros debates como este. Agradeço o convite. Muito obrigado. É uma satisfação encontrar tanta gente maravilhosa aqui. Obrigado.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Obrigada, professor Esselin. Já aceito a provocação. Lembrando que essa questão do livro "O Avesso da Pele" também me indignou muito. Mas, é claro, ele não poderia ser lido nas escolas: denuncia o racismo estrutural — por isso foi proibido — e porque é um livro político e porque seu escritor é negro. Quero apenas fazer uma contribuição a esse debate. Hoje, temos 5% do orçamento destinados à Fundect e 1% do orçamento destinado à política de moradia no estado. No entanto, existe uma PEC tramitando nesta Casa que pretende desmontar essa política, acabando com o 1% destinado à moradia e alterando a destinação dos 5% da Fundect para que sejam voltados exclusivamente à ciência, tecnologia e inovação. Quando aprofundamos o significado dessa proposta, percebemos que ela pode representar mais recursos para o agronegócio e menos recursos para a ciência. Então, faço apenas esse alerta a vocês: essa PEC está aqui na Casa. Ela está parada neste momento, mas ainda precisamos continuar fazendo esse enfrentamento. Por último, passo a palavra à professora Luciana.

SENHORA LUCIANA HENRIQUE DA SILVA (vice-presidente do Andes - Regional Pantanal) — Bem, eu gostaria de agradecer à professora e deputada Gleice Jane, ao deputado Pedro Kemp, ao Marcelo, ao Volmir e à Aduems, que proporcionaram este debate. Também agradeço ao professor Cláudio, nosso representante do Andes. Meu nome é Luciana e atualmente estou como primeira vice-presidente regional da Regional Pantanal do Andes, que abrange os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Tenho quase certeza de que, se estivéssemos realizando este mesmo debate na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, encontraríamos um quadro muito semelhante ao que estamos discutindo

aqui hoje. Vários aspectos foram abordados ao longo desta audiência, e concordo com grande parte deles. Quero agradecer também a presença dos técnicos, dos representantes dos demais sindicatos que vieram prestar solidariedade a esta demanda, que é uma pauta dos professores, mas não apenas deles. Também agradeço aos estudantes, que tiveram a coragem de estar aqui e de trazer questões estruturais da nossa universidade, questões que os atingem diretamente, assim como atingem os professores e os técnicos. Estamos todos envolvidos nessa realidade. Diante de tudo o que já foi colocado aqui, acho que vou escolher destacar um aspecto específico. Já se falou da situação dos aposentados, da solidariedade e da importância da mobilização. Inclusive, já estive aqui em outros momentos participando da luta dos aposentados e reafirmo: podem nos chamar sempre que for necessário. Estou à disposição. Mas eu gostaria de retomar um ponto que já foi abordado pela professora Érika: o processo de intensificação e precarização do trabalho. E quero acrescentar um elemento a essa discussão. Falou-se aqui sobre racismo, mas é importante lembrar que a nossa universidade também é composta, em sua maioria, por professoras, por mulheres. Portanto, a condição da mulher dentro da universidade já é uma condição diferenciada. Mais de 50% do corpo docente é formado por mulheres. Além disso, trata-se de uma universidade que ainda possui um grande número de licenciaturas, ou seja, uma universidade voltada para a formação de professores. Isso nos coloca em uma situação bastante interessante. Nesse sentido, o que temos observado é que a sobrecarga de trabalho, a intensificação e a precarização das condições laborais atingem com mais força as mulheres. Esse dado, inclusive, faz parte de uma pesquisa que em breve será publicada pelo nosso Sindicato Nacional. Há também outros elementos relacionados a esse processo de intensificação do trabalho, que já foram mencionados. Outro aspecto importante é a ampliação do uso de aplicativos e plataformas digitais, bem como do tempo que dedicamos ao trabalho por meio de respostas a e-mails, mensagens de WhatsApp e outras demandas que extrapolam a jornada formal. E isso certamente afeta mais as mulheres, especialmente em razão da intensificação do trabalho e da necessidade de realizar várias atividades simultaneamente. Além disso, são as mulheres que sofrem com maior frequência diferentes formas de violência, como assédio moral e sexual. Também precisamos considerar outras questões já mencionadas aqui, como o racismo, o capacitismo, a LGBTfobia e a violência política. Gostaria ainda de destacar o processo de endividamento pelo qual muitos professores estão passando em decorrência dessa situação. Quase 50% dos professores que estão na ativa têm sua renda altamente comprometida, sem falar daqueles que já estão em processo de aposentadoria. Aliás, estamos observando um fenômeno preocupante em nossa universidade: os professores estão adiando sua aposentadoria. Ou seja, enfrentamos um problema duplo. Por um lado, os docentes permanecem em atividade porque não conseguem se aposentar sem sofrer uma redução significativa da renda; por outro, isso dificulta a entrada de novos profissionais na universidade. É realmente assustador o que foi apresentado aqui em relação aos números dos incentivos concedidos ao agronegócio. Quero dizer também que a nossa universidade atua em várias frentes. Temos pesquisas vinculadas ao desenvolvimento do estado, relacionadas à agricultura e ao agronegócio, além de programas como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) e outras iniciativas importantes. Mas é interessante observar que justamente os cursos ligados ao Pronera e as licenciaturas estão entre os mais precarizados. Isso é algo que

precisamos analisar com bastante atenção. Falando agora um pouco da nossa atuação enquanto sindicato nacional e do setor que representamos, já foi encaminhado à deputada Gleice um material que apresenta um panorama do financiamento das instituições públicas de ensino no Brasil. Esse levantamento vem sendo realizado pelo setor das universidades estaduais e federais do Andes. Alguns dados já foram apresentados aqui pela professora Érika, mas seguimos avançando nas discussões e pesquisas, especialmente em relação ao orçamento público. Estamos aprofundando análises sobre isenções fiscais, emendas parlamentares e outros mecanismos que impactam diretamente o financiamento da educação pública. Por isso, acredito que seria muito importante ampliarmos esse diálogo e essa troca de ideias, para avançarmos não apenas na compreensão do orçamento público, mas também na disputa efetiva desse orçamento em favor dos interesses da classe trabalhadora e do povo de Mato Grosso do Sul. Nesse sentido, esta audiência foi extremamente importante, porque conseguiu reunir diferentes setores, tanto da universidade quanto do movimento sindical. Quero agradecer a presença de todos que puderam participar e também pelas contribuições apresentadas. Aprendi bastante aqui hoje, porque professor também aprende nesse diálogo, tanto com os estudantes quanto com os demais colegas. Espero que possamos encaminhar algumas das demandas apresentadas nesta audiência. Que avancemos no fim da escala 6x1; que avancemos no combate a todas as formas de opressão; que avancemos na valorização dos professores por meio da carreira; que avancemos na valorização dos estudantes e na garantia de mais dignidade para eles. E quero reafirmar que o Andes Sindicato Nacional, por meio da Regional Pantanal, está à disposição. É isso.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Muito obrigada, Luciana. Que a gente avance também na pauta do combate à misoginia e que sejam aprovados projetos que contribuam para enfrentar as diversas formas de violência. Gente, conseguimos chegar ao final. Todos tiveram oportunidade de falar e chegamos praticamente dentro do tempo previsto, sobrando ainda alguns minutos. Vou passar a palavra para a Mesa fazer as considerações finais, mas antes gostaria de abrir um espaço para uma pessoa dos “camisetas azuis”, caso queira se manifestar. Esse grupo está constantemente presente na Assembleia Legislativa e, muitas vezes, não tem espaço de fala. Então, considero justo que possam se manifestar. Inclusive, fiquei sabendo hoje que esse é o nome pelo qual ficaram conhecidos. Sabe que, quando eu era professora, também recebi um apelido: diziam que eu era a “professora outdoor”, porque sempre usava camisetas dos movimentos. Então gostei dos “camisetas azuis”, por isso, eu gostaria de lhe dar espaço, Ione, concedendo três minutos para você falar, porque considero isso importante.

SENHORA IONE ROJAS (aposentada TJ/MS) — Gleice, você me emociona. Eu assumi um propósito para este ano: participar de todo e qualquer movimento que lute pela derrubada dos 14%, porque sei que o pessoal da direita nunca fará isso. Então, cabe a nós mesmos, da esquerda, assumir essa luta. Eu estarei presente. Nós não fomos convidados formalmente, não é, Gleice? Mas também não precisava. Eu me sinto devidamente convidada, porque essa é a minha vida e a vida de muitas pessoas que estão

passando por uma situação muito difícil. Está horrível. Eu fico emocionada porque, por meio desse movimento contra os 14%, conheci pessoas maravilhosas, pessoas realmente comprometidas com a luta. Já são mais de três anos de mobilização e, nesse período, vi de perto a realidade de muitas dessas pessoas. Elas estão passando fome. Elas estão sendo humilhadas todos os meses. Eu sou do Poder Judiciário e tenho uma data certa para receber. Todo dia 25 o meu salário está na conta. Olha o privilégio. Como aposentada, recebo dois mil e duzentos reais de auxílio-saúde; e esse valor é o salário de muitas pessoas, de milhares de pessoas. Os meus colegas da ativa recebem três mil e quinhentos reais de auxílio; e isso também corresponde ao salário de muita gente. Então, de certa forma, sou uma privilegiada dentro dessa realidade. Mas isso não me impede de lutar, porque não estou lutando apenas por mim. Estou lutando por nós. Somos nós que temos que lutar. E quero deixar uma sugestão para esta Audiência Pública. Alguém comentou aqui sobre o que podemos fazer a partir dessas discussões. E eu concordo que este debate é extremamente importante, muito rico e muito produtivo. Estou realmente emocionada com tudo o que aconteceu aqui hoje. Mas fico imaginando o seguinte: e se toda essa galera que está aqui, junto com aqueles trinta estudantes que estão lá fora, estivesse em frente à Governadoria? Quero ver se o governador Riedel não nos respeitaria. Quero ver se ele conseguiria nos ignorar. Porque a imprensa certamente estaria lá. Eu gostaria muito, Gleice, que uma das decisões resultantes desta audiência fosse justamente essa: reunir esse grupo, trazer mais pessoas e fazer uma mobilização em frente à Governadoria. Talvez treze pessoas, talvez muito mais. Aliás, eu gosto do número 13. E nós estaríamos lá em frente à Governadoria, porque estou convencida de uma coisa: se estivermos organizados e mobilizados, o governador terá que ouvir aquilo que queremos dizer. A discussão é fundamental, excelente e necessária. Mas sem ação, sem partir efetivamente para a luta, não conseguiremos avançar. E temos uma eleição chegando. Precisamos tirar essa turma do poder. Não apenas esse governo, mas também o Azambuja. Eu gosto muito de falar, gosto muito de microfone e gosto muito da luta. Então, Gleice, seguimos juntos. Porque é somente pela luta que avançamos. É o trabalhador unido que transforma a vida de todos e de todas. É isso. Muito obrigada pela oportunidade.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Muito obrigada, querida. E é exatamente isso, não é, gente? Eu sempre digo que não existe um único direito que possuímos hoje que não tenha sido conquistado por meio da luta. Nenhum! Por isso, sem luta, realmente não avançamos. Bom, considerando o nosso horário, quero agradecer todas as falas e passar agora a palavra para a Mesa para as considerações finais. Vou inverter a ordem e chamar primeiro o professor Cláudio para suas considerações finais. Depois falará o Marcelo e, por fim, o deputado Pedro Kemp.

SENHOR CLÁUDIO ANSELMO DE SOUZA MENDONÇA (presidente do Andes) — Boa tarde. Quero agradecer cada intervenção e cada fala realizada nesta audiência, além de agradecer novamente à deputada Gleice Jane pela realização deste importante debate. Também gostaria de dialogar brevemente sobre a apresentação cultural realizada pelas duas companheiras, porque considero que ela foi extremamente significativa para refletirmos sobre o tempo em que vivemos. De fato, vivemos um tempo marcado pelo

medo. Um tempo em que, em cada canto deste país, precisamos enfrentar aqueles que não apenas retiram direitos, mas que, muitas vezes, desejam nos eliminar fisicamente. Para nós, que atuamos nas universidades federais e nos institutos federais, essa realidade está presente no cotidiano. E, para as mulheres, para as pessoas negras, para os povos indígenas e para tantos outros grupos historicamente marginalizados, essa luta pela sobrevivência acompanha toda a trajetória de vida. Não se trata apenas de uma luta para garantir direitos, mas de uma luta para "existir", como pessoa humana. E me parece que esta audiência, ao tratar da questão da aposentadoria e da reposição salarial, trata justamente da dignidade e daquilo que é inaceitável: uma pessoa se aposentar sem condições de viver com dignidade. Fiquei muito sensibilizado ao ouvir a fala da companheira. Vi emoção em suas palavras, vi uma pulsão emotiva de quem, muitas vezes, talvez chegue ao final do dia sem saber se amanhã terá condições de comprar alimento ou remédio. E isso é muito grave, porque estamos falando de pessoas que passaram a vida inteira trabalhando, dedicando-se, suando e, muitas vezes, sacrificando o convívio familiar. E, justamente quando chega o momento de usufruir da aposentadoria, essas pessoas não têm esse direito garantido. Quero finalizar porque esse tema me toca profundamente, deputada. Sou filho de uma professora, já falecida, que se aposentou no mesmo ano em que morreu. Minha mãe se aposentou na prefeitura em agosto e faleceu em novembro. E foi justamente em novembro, no mês de sua morte, que saiu sua aposentadoria pelo estado. Então, estamos falando de um conjunto de pessoas que muitas vezes não têm o direito de conviver, de experimentar essa etapa da vida e de romper com essa lógica burguesa de que devemos viver apenas para o trabalho, como se não pudéssemos também viver para usufruir daquilo que a humanidade faz de melhor. Acho que é isso que deve nos dar esperança e fazer com que saíamos desta audiência acreditando que o medo não pode eliminar a possibilidade de sonhar e de esperar.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — E que o medo também seja um motivador da nossa organização, porque ele pode nos impulsionar a nos organizar coletivamente. Muito bonita mesmo a apresentação. Fui anotando tudo o que vocês disseram. Foi realmente muito bonito. Agora, o Marcelo.

SENHOR MARCELO SALLES BATARCE (presidente da Aduems) — Bom, quero primeiro agradecer à Gleice, ao Cláudio, que esteve aqui conosco, ao Pedro Kemp, a todos os estudantes e a todas as pessoas que participaram desta audiência. Neste encerramento, gostaria de retomar um pouco daquilo que pretendia falar no início, mas acabei não falando. Trata-se de uma análise econômica ainda bastante simples, mas que considero importante para compreender o problema. Achei muito interessante a fala do professor Paulo. Quando comecei a me aproximar desse debate, lembro que encontrei uma reportagem de jornal sobre renúncias fiscais. O que me chamou atenção foi uma contradição entre a manchete e o conteúdo da matéria. Não recordo exatamente as palavras utilizadas, mas a ideia era algo como anunciar cortes e, ao mesmo tempo, investimentos. Aquilo me pareceu estranho. Foi então que comecei a perceber que essa é uma característica da política adotada pelo governo. Nós, que vivemos no estado, ouvimos constantemente expressões como "teto emergencial", "corte de gastos" e outras

justificativas semelhantes. Esse discurso aparece o tempo todo. Por outro lado, também ouvimos falar de crescimento econômico, investimentos, aumento da riqueza e geração de lucros. E eu me perguntava: como essas duas coisas podem coexistir? Como é possível falar simultaneamente em corte de gastos e em crescimento da riqueza do estado? Foi então que procurei informações junto ao Dieese. Durante muito tempo conversei com a Andreia, busquei materiais do GT Verbas e tentei compreender melhor essa questão, porque havia algo que não fechava. Não é possível sustentar ao mesmo tempo um discurso de austeridade permanente e um discurso de crescimento contínuo da riqueza sem que exista alguma contradição. E a contradição, na verdade, é bastante simples. O dinheiro existe. Há muito dinheiro. Mato Grosso do Sul possui uma renda per capita elevada, está entre os cinco estados com maior PIB per capita do país, e continua crescendo. Ou seja, a riqueza existe. O problema é que essa riqueza está cada vez mais concentrada. Qual é a pegadinha que existe nessa relação? Eu também fui atrás disso para entender. Com relação ao percentual destinado à universidade, que sempre foi discutido nesta Casa e que historicamente gira entre 1,4% e 2%, existe uma questão importante: a arrecadação do estado não cresce, e não cresce porque há renúncia fiscal. O dinheiro que é do povo, fruto do trabalho e da arrecadação, deixa de permanecer nos cofres públicos e vai para o agronegócio. Assim, a riqueza que estamos produzindo não está sendo distribuída para os serviços que atendem a população. Essa é a pegadinha. Eu cheguei a fazer um gráfico para compreender melhor essa dinâmica. O PIB sobe de forma acentuada, enquanto a arrecadação cresce muito pouco. Se observarmos a reposição salarial dos servidores públicos, ela acompanha mais ou menos o ritmo da arrecadação, ou seja, permanece estagnada. Mas a arrecadação não cresce por uma escolha política. Um estado que possui um dos maiores PIBs per capita do Brasil e continua crescendo deveria ter sua arrecadação acompanhando esse crescimento. No entanto, isso não acontece porque existe uma decisão política por trás desse processo. Na prática, o que ocorre é um desvio de recursos públicos para o setor privado. Quando o estado deixa de arrecadar e transfere esses recursos ao setor privado por meio das renúncias fiscais, está retirando dinheiro que deveria financiar os serviços públicos. É exatamente isso que está acontecendo. E isso é extremamente ruim — para não dizer criminoso — porque as consequências estão diante de nós. O que acontece hoje com a Cassems, por exemplo, é resultado direto dessa política, e isso afeta a saúde das famílias e dos servidores públicos. Por isso, precisamos compreender que existe essa política em curso. O professor Paulo falou que devemos ir às unidades para explicar isso às pessoas, e eu concordo. Mas acho que precisamos ir além: temos que ir para as ruas. Precisamos conversar com as pessoas e explicar o que está acontecendo. A população precisa entender que esse corte de recursos públicos não acontece porque falta dinheiro ou porque faltam recursos. Ele acontece porque houve uma escolha política de enxugar o serviço público. E enxugar o serviço público significa enfraquecer a saúde, a educação e todos os serviços essenciais oferecidos à população. Trata-se, portanto, de uma decisão política. Por isso, é importante explicar isso e ocupar as ruas, porque é nelas que podemos falar diretamente com as pessoas. Quem está no poder tem a imprensa para divulgar sua versão dos fatos e reproduzir aquilo que ouvimos diariamente, muitas vezes distorcendo a realidade. Qual é a nossa imprensa? Somos nós mesmos. Precisamos ir para as ruas, conversar com as pessoas e expor a situação que

estamos vivendo. Novamente, agradeço esta oportunidade e acredito que esta audiência pode ser um germe de um movimento maior. Obrigado.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Muito obrigada, Marcelo. Agora o Pedro.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Apenas duas palavras para encerrar. Acho que esta audiência foi bastante produtiva. Tivemos colocações muito importantes, que nos fazem refletir sobre a realidade que estamos vivendo e sobre os desafios que temos pela frente. Como disse a Ione, a luta precisa continuar sempre. Sem luta, não haverá vitória nem conquistas. A primeira questão que ficou bastante clara para nós é que existe uma correlação de forças muito desfavorável. Aqui na Assembleia Legislativa vivenciamos isso diariamente. E o que é mais triste é ouvir — em um estado que concede tantos incentivos ao agronegócio — um deputado fazendeiro subir à tribuna e afirmar que é o agro que sustenta o Brasil. Na verdade, é o contrário: o Brasil é que sustenta o agro, com tantos incentivos, com tantos planos safra e com tantos benefícios concedidos pelo poder público. Somos nós que sustentamos o agro, enquanto o Governo faz uma política voltada aos interesses desse setor e, por consequência, não sobra dinheiro para as políticas sociais, para a educação e para a saúde. O Paulo Esselin lembrou aqui da situação do Hospital Regional, que está agonizando. Temos conhecimento de situações extremamente dramáticas ali dentro. E o Governo está entregando a administração do hospital para uma empresa privada, mas antes vai reformá-lo e investir recursos públicos para, somente depois, transferir sua gestão para essa empresa. Então, de fato, estamos vivendo uma situação muito preocupante. Aliás, este é um ano eleitoral, e precisamos dialogar com a população sobre a forma como o estado vem sendo governado. Precisamos mostrar que o estado tem sido administrado para atender aos interesses de uma determinada classe, uma classe que gosta de boi, de soja, de eucalipto e de cana, mas não gosta do povo. Não há recursos para investir nas políticas sociais. Inclusive, já disse isso em algumas reuniões do partido: faço campanha para o nosso partido e também faço campanha contra a eleição de pessoas que considero responsáveis por essa situação que estamos vivendo. Precisamos alertar a população. Chega de governo de fazendeiro em Mato Grosso do Sul. Nós não somos uma fazenda. Por isso, considero essenciais as questões que discutimos aqui hoje: a educação do povo, a saúde pública e a situação dos servidores públicos, que são justamente aqueles que estão na ponta prestando atendimento e serviços à população. E, por último, eu gostaria de destacar uma questão que me preocupa muito. Estamos vivendo uma crise nos sindicatos. Tenho acompanhado isso de perto, principalmente nos sindicatos da educação. O que vemos é um número crescente de pessoas se desfiliando, enquanto aqueles que ingressam por concurso público muitas vezes não se filiam aos sindicatos, porque não possuem a consciência de que o sindicato é um instrumento de luta da classe trabalhadora. E quando os sindicatos se enfraquecem, os nossos direitos também se enfraquecem. Com isso, vamos perdendo cada vez mais conquistas. Sabe o que tenho observado? Quando participamos das assembleias sindicais, a maioria dos presentes são aposentados. E por quê? Porque esses aposentados estavam na ativa anos atrás, participaram das mobilizações, foram às ruas e estiveram na luta. Foram eles que

conquistaram muitos dos direitos que obtivemos ao longo dos anos e que agora estamos perdendo. Por isso, os aposentados compreendem a importância da organização e da luta coletiva da classe trabalhadora. Já os novos servidores que estão chegando muitas vezes não têm essa mesma consciência. Então, precisamos trabalhar urgentemente a formação política dentro das categorias, conscientizando trabalhadores e trabalhadoras sobre a importância da organização sindical. É fundamental fortalecer os sindicatos para evitar que percamos ainda mais direitos e para recuperar aqueles que já foram retirados. Aqui temos representantes de vários sindicatos, e acredito que precisamos investir em um processo permanente de educação política nas categorias, para conscientizar os trabalhadores sobre a importância da organização coletiva e da luta sindical. Obrigada.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Obrigada, Pedro. Enquanto eu ouvia vocês, fiquei refletindo sobre vários pontos. Temos enfrentado falta de recursos para salários de professores, para remuneração dos servidores públicos, para investimentos em pesquisa e para diversas outras áreas fundamentais. O professor Paulo Esselin fez uma provocação que eu acolho desde já: precisamos aprofundar o debate sobre o orçamento público. Precisamos nos debruçar sobre esse tema para entender quem ganha e quem perde com essas escolhas. Temos hoje uma grande quantidade de isenções fiscais concedidas às grandes empresas, e é importante fazer uma distinção: não estamos falando do pequeno empresário. Quando falamos em empresas ou em empresários, muitas vezes o trabalhador que possui um pequeno negócio pensa que estamos nos referindo a ele. Não é disso que estamos tratando. Estamos falando das grandes empresas, cujos proprietários muitas vezes nem vivem em Mato Grosso do Sul. Estamos falando também dos grandes fazendeiros, muitos dos quais sequer residem no estado. Também é importante destacar que hoje existe uma grande quantidade de terras arrendadas. Os proprietários não moram aqui e, muitas vezes, aqueles que exploram essas áreas não têm qualquer cuidado com essa terra. Uma das consequências disso é o aumento da contaminação ambiental. Temos observado uma quantidade grande de agrotóxicos nos rios e até mesmo na água que chega às torneiras. Em Dourados, por exemplo, foram identificados vinte e oito tipos de agrotóxicos na água; e Campo Grande também não fica atrás. No rio Dourado são trinta e três, e sobre outros locais nós sequer sabemos, porque faltam pesquisas. E por que faltam pesquisas? Porque não há investimento suficiente em pesquisa. Não tem dinheiro para isso, mas há sete milhões de reais para a Fiems. Então, quando o governador afirma que não há recursos, precisamos perguntar: não há recursos para quem? Não há dinheiro para salários. O reajuste concedido aos servidores públicos foi de 3,8%, abaixo da inflação. Entretanto, para os grandes empresários há recursos. E é importante dizer: estamos falando dos grandes empresários, nunca dos pequenos. Para os mais ricos sempre existe dinheiro. Além disso, percebemos algo que venho denunciando constantemente na Assembleia Legislativa: o Estado colocou grande parte da estrutura pública a serviço dos interesses do governador. A segurança pública é um exemplo disso. Embora os servidores da segurança, especialmente aqueles que estão na linha de frente dos conflitos, recebam salários baixos e sejam extremamente desvalorizados, o Governo utiliza esses trabalhadores para defender interesses dos fazendeiros contra a população, principalmente contra a população indígena. Eu estive várias vezes em áreas de conflito, onde o policial estava lá defendendo os

interesses do fazendeiro. Ou seja, temos uma segurança pública financiada com recursos públicos sendo utilizada para atender interesses privados. Isso é muito sério. Isso é muito grave. Enquanto isso, quando uma pessoa da periferia precisa de segurança pública, faltam policiais. Quando uma mulher em situação de violência doméstica pede socorro, o atendimento demora, mas, para atender fazendeiros, sempre há estrutura disponível. Por isso, precisamos compreender essa realidade e aprofundar esse debate, que passa necessariamente pela discussão do orçamento público. Há também uma questão que me incomoda profundamente: o impacto desse modelo de industrialização e desse modelo econômico adotado em Mato Grosso do Sul sobre o meio ambiente. Quanto isso já está nos afetando? E qual será o nosso futuro? Como estaremos daqui a alguns anos? Uma das coisas que aprendi com quem luta pela terra, com quem cuida da terra — pequenos proprietários, assentados e povos indígenas — é que a terra também precisa de cuidado. E aí fica a pergunta: esse modelo está cuidando da terra? Quanto tempo nosso solo suportará esse tratamento baseado no uso intensivo de agrotóxicos? Eu sou professora e acompanhei, ao longo dos anos, um crescimento expressivo da educação especial, com aumento do número de crianças com deficiência. Também observamos o crescimento dos casos de câncer e de doenças autoimunes. E de onde vem tudo isso? São questões que precisamos discutir. O que está acontecendo é muito sério. E precisamos refletir sobre como sobreviveremos daqui a trinta ou quarenta anos neste estado. Porque os arrendatários, quando essas terras deixarem de ser lucrativas, irão embora, procurarão outro estado, outro país ou qualquer outro lugar para explorar. Já falam até em buscar vida em outros planetas. Mas e nós? Como ficaremos nesse processo? Como ficarão aqueles que vivem aqui e sofrem as consequências dessas escolhas? Essas são questões que me preocupam profundamente. Como dizem os povos Guarani Kaiowá, com quem aprendi muito ao longo dos anos: a terra está doente, a terra está com febre. E, se a terra está com febre, nós também não vamos nos curar. Recentemente, conversando com um professor da Universidade Federal, ele me explicou que a água que cai sobre o solo leva cerca de mil e quinhentos anos para chegar ao Aquífero Guarani. Nesse percurso, ela passa por um processo natural de filtragem, razão pela qual possui excelente qualidade. No entanto, com a quantidade de poços que estão sendo construídos, existe o risco de contaminação acelerada desse aquífero. E aí surge outra pergunta: o que vai sobrar para nós? Quanto tempo ainda teremos de sobrevivência? E, mesmo diante dessas questões, não existe investimento suficiente em pesquisa para buscar respostas. Não há prioridade para isso. O Governo não demonstra preocupação com esses temas. Não há investimento adequado em ciência, laboratórios e pesquisas voltadas à proteção da população. Hoje, Mato Grosso do Sul sequer possui um laboratório capaz de investigar e identificar de forma ampla a presença de agrotóxicos no corpo humano ou nos alimentos consumidos pela população. Esse laboratório simplesmente não existe. E não existe porque não há preocupação efetiva com investimentos em ciência e tecnologia voltados à proteção da vida. Estou trazendo aqui apenas uma das questões que mais me inquietam, que é a nossa saúde e a forma como tudo isso é financiado. Mas quero dizer a vocês que esses temas me preocupam profundamente e que precisamos debatê-los de forma séria. Precisamos discutir o orçamento público. Esse orçamento deve servir ao povo e ao serviço público, porque é o serviço público que atende a população. É a universidade que produz ciência; é a escola

pública que atende a população; a saúde pública é que atende a população. Além disso, é na saúde pública que descobrimos e tratamos principalmente doenças autoimunes e doenças raras; não é no plano de saúde. Quem convive com essas doenças ou tem familiares nessa situação sabe disso. Não é o sistema privado que atende esses casos mais complexos, é o sistema público, é o SUS. Portanto, precisamos defender o SUS e também defender os interesses do serviço público. Bom, já estamos chegando ao final. Tínhamos previsto encerrar às 16h, porque eu tenho outro compromisso, mas confesso que não resisti. Quero agradecer a cada um e a cada uma por este momento e dizer que hoje demos apenas mais um passo nessa discussão, mas continuaremos esse debate, porque ele é extremamente importante. Agradeço a presença de todos vocês. Quero declarar encerrada esta Audiência Pública e desejar a todos uma boa tarde. Também quero dizer que nos encontraremos daqui a pouco no corredor para um abraço apertado, porque isso também é importante. Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente Audiência Pública. Está encerrada (16h21min).